Entre Crescimento e Fragmentação: O Direito à Alimentação na Pesquisa Acadêmica Brasileira (2014-2023)

Between Growth and Fragmentation: The Right to Food in Brazilian Academic Research (2014-2023)

Entre Crecimiento y Fragmentación: El Derecho a la Alimentación en la Investigación Académica Brasileña (2014-2023)

**Resumo:**

Este artigo analisa a produção acadêmica brasileira sobre o direito à alimentação entre 2014 e 2023, utilizando uma revisão bibliométrica baseada na plataforma OpenAlex. Objetiva identificar tendências, autores e instituições atuantes, explorando o crescimento e a fragmentação da pesquisa. Foram analisadas 292 publicações, revelando aumento significativo a partir de 2020, com predominância de Ciências Sociais e Saúde. USP e Fiocruz destacam-se, mas há baixa coesão entre grupos de pesquisa. A maioria dos artigos, em acesso aberto, possui menos de 25 citações, indicando impacto em consolidação. Conclui-se que o campo requer maior colaboração para fortalecer sua influência em políticas públicas.

**Palavras-chave:** Direito à alimentação, análise bibliométrica, produção acadêmica, segurança alimentar, políticas públicas.

**Abstract:**

This article examines Brazilian academic production on the right to food from 2014 to 2023 through a bibliometric review using the OpenAlex platform. It aims to identify trends, key authors, and leading institutions, exploring research growth and fragmentation. From 292 analyzed publications, a significant increase is noted since 2020, with Social Sciences and Health prevailing. USP and Fiocruz stand out, yet research groups show low cohesion. Most articles, in open access, have fewer than 25 citations, suggesting an impact still under consolidation. The study concludes that greater collaboration is needed to enhance the field’s influence on public policy.

**Keywords**: Right to food, bibliometric analysis, scholarship production, food security, public policy.

**Resumen (Espanhol):**

Este artículo analiza la producción académica brasileña sobre el derecho a la alimentación entre 2014 y 2023 mediante una revisión bibliométrica basada en OpenAlex. Busca identificar tendencias, autores e instituciones destacadas, explorando el crecimiento y la fragmentación de la investigación. De 292 publicaciones analizadas, se observa un aumento significativo desde 2020, predominando Ciencias Sociales y Salud. USP y Fiocruz se destacan, pero hay baja cohesión entre grupos de investigación. La mayoría de los artículos, en acceso abierto, tienen menos de 25 citas, indicando un impacto en consolidación. Se concluye que el campo necesita mayor colaboración para fortalecer su influencia en políticas públicas.

**Palabras clave:** Derecho a la alimentación, análisis bibliométrico, producción académica, seguridad alimentaria, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O direito à alimentação, intrinsecamente ligado à dignidade humana, evoluiu de uma preocupação assistencialista (como a distribuição esporádica de cestas básicas) para um direito humano fundamental, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal de Direitos Humanos e, no Brasil, pela Constituição Federal de 1988. Sua efetivação, no entanto, enfrenta desafios persistentes, como demonstrado pela reinclusão do Brasil no Mapa da Fome da FAO em 2018, após anos de avanços significativos, e agravado pela pandemia de COVID-19, que expôs a vulnerabilidade de milhões de brasileiros, com relatos de famílias dependendo de restos de comida para sobreviver. Isso evidencia a necessidade de estratégias contínuas e eficazes para garantir o acesso físico e econômico a uma alimentação saudável e diversificada para todos.

Nos últimos anos, a produção acadêmica sobre o direito à alimentação tem crescido, impulsionada por mudanças sociais e políticas. Este estudo busca mapear e analisar essa produção no Brasil entre 2014 e 2023, identificando tendências, autores e instituições mais atuantes, bem como desafios e lacunas na pesquisa. Para isso, utilizamos uma abordagem bibliométrica baseada na plataforma OpenAlex, combinando técnicas quantitativas e qualitativas.

A importância deste estudo reside na necessidade de compreender como o conhecimento acadêmico sobre o direito à alimentação tem sido gerado e disseminado. Além de oferecer um panorama sobre a evolução da pesquisa no período, os achados podem contribuir para embasar políticas públicas e estimular maior colaboração entre pesquisadores, fortalecendo o campo de estudo.

1 EVOLUÇÃO DO TEMA

A ideia de que todo e qualquer ser humano, a despeito de suas diferenças culturais e biológicas, dentre outras, merece respeito mas não pode firmar-se superior aos demais (Comparato, 2008) é base fundamental para a afirmação histórica dos direitos humanos. É a partir do século XVIII que uma progressiva recepção de direitos e garantias fundamentais é acompanhada de um processo de elaboração teórico dogmático dos direitos humanos (Sarlet, 2007). Assim, os direitos humanos estão ligados à sua afirmação e construção históricas, tendo uma raiz uma documental na origem da percepção subjetiva do eu e do outro, e da relação com a sociedade, através da empatia (Hunt, 2009). Ressalvas feitas a outros documentos históricos mais antigos, é a partir da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) de 1948 (OAS, 2025) que o conceito de direitos humanos vem à tona.

A alimentação é essencial para o desenvolvimento humano e está interligada a diversas áreas do conhecimento, como nutrição, saúde (Ayala e Meier, 2017), história (Castro e Durão, 1983), economia (McConville, 2021), ecologia (Bullock, 2017) e política (Drèze, 2004). No campo do direito (Fontolan, Lima e Capellari, 2021), sua consolidação como um direito humano tem sido debatida há décadas, com esforços contínuos para garantir sua efetivação.

Nesse sentido, o conceito de direito humano à alimentação consiste nas obrigações do Estado e da sociedade em respeitar, proteger, promover e prover três dimensões específicas o acesso físico e econômico a uma alimentação saudável e diversificada de forma sustentável, condições para o acesso, manuseio e cocção do alimento, promoção e atenção integral da saúde do indivíduo (FIAN BRASIL, 2016). A contínua construção de estratégias de realização tem sido importante para esse direito (IDLO, 2014) haja vista a persistência de péssimos níveis nos indicadores (WFP, 2024) de fome, segurança alimentar e pobreza.

Por ser um direito humano, o direito à alimentação também não prescinde de sua afirmação histórica e tem sido objeto de crescente atenção em âmbito nacional e internacional. A partir do reconhecimento da fome como um problema social complexo, a comunidade internacional e os Estados nacionais passaram a incorporar em seus ordenamentos[[1]](#footnote-1) jurídicos a garantia desse direito fundamental. Nada obstante, a primeira referência explícita ao "Direito Humano à Alimentação Adequada" data de 1966, com a promulgação do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (OAS, 2025). A construção desse tema perpassa não só entendimento de fundamentalidade desse direito mas também da sua relação com outros direitos, como a vida, a saúde e a cultura.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em consonância com esses tratados internacionais, consagrou o direito à alimentação como um direito social fundamental (BRASIL, 2025). A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346/2006, representa um marco normativo para a efetivação do direito à alimentação no país. Fruto de um amplo processo de mobilização social (referência), a LOSAN estabeleceu um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de garantir o acesso regular e permanente a alimentos seguros e nutritivos para toda a população.

No contexto nacional, o direito à alimentação já foi alvo de grande mobilização social quando da criação e manutenção do CONSEA (Silva, 2014), assim como quando da inclusão na Constituição Federal de 1988 (CAISAN, 2017). Dado esse papel de construção histórica, traçamos abaixo uma linha do tempo[[2]](#footnote-2) com os eventos importantes relacionados ao tema, tendo em vista a visualização e a ideia de relação entre o direito e o fluxo histórico:

(espaço figura 1)

A terminologia, em decorrência do processo histórico, tem um papel de ampliar ou limitar o conteúdo desse direito. As teorias dos direitos fundamentais, dos direitos sociais e das gerações de direitos têm papel na formação desse vocabulário. Assim podemos falar de um direito humano, fundamental, social e/ou individual à alimentação (Gamba, 2010) a depender de como se analisa a sua conformação. Para este trabalho, ponderamos que os dois primeiros termos possuem maior solidez dogmática. Como teste inicial, preparatório para a busca documental a ser feita posteriormente, buscamos os dados de busca do Google Trends de termos associados ao tema no contexto brasileiro, no período de 2014 a 2023:

(espaço figura 2)

Verificamos que o termo “segurança alimentar” apresenta uma busca mais abrangente do que os outros termos. Assim, importa tratar sobre o fundamento para essa garantia que é o direito à alimentação. É importante ressaltar que parte da literatura produzida sobre o assunto está em documentos que não estão acessíveis ao grande público, estando em repositórios, bases e plataformas diferentes de meios de busca mais simples.

Embora frequentemente utilizados como sinônimos (Murça, 2024), os termos "direito à alimentação" e "segurança alimentar" possuem nuances importantes. O direito à alimentação é um direito humano fundamental, que garante a todos o acesso a alimentos adequados em quantidade e qualidade suficientes para uma vida saudável e ativa. A segurança alimentar, por sua vez, refere-se a um estado de coisas em que todas as pessoas, a todo momento, têm acesso físico e econômico a alimentos seguros e nutritivos suficientes para atender às suas necessidades alimentares e preferências, para levar uma vida ativa e saudável.

2 MÉTODO

O presente artigo é de natureza descritiva e exploratória, com método quantitativo, por meio de técnica de análise bibliométrica. Para isso foram utilizados os softwares R e *VosViewer* para as referidas análises.

A busca foi realizada na base OpenAlex, selecionando publicações acadêmicas (artigos, dissertações, teses, TCCs, livros e capítulos) de acesso aberto, em português, entre 2014 e 2023. Os termos de pesquisa incluíram variações de “direito à alimentação” e “segurança alimentar”.

Foram usados seis parâmetros de busca: 1) em *fulltext* usamos como termos de busca “direito à alimentação or direito and alimentação”; 2) em *title&abstract* usamos como termos de busca “direito à alimentação or direito and alimentação”; 3) em *country* escolhemos a opção “Brazil”; 4) em *language* escolhemos “portuguese”; 5) em *year* escolhemos“2014-2023” e; 6) e em *work* escolhemos “open access published”.

Assim a busca retornaria documentos disponíveis na base de dados que tivessem a expressão citada tanto no corpo do texto quanto no título e resumo, produzidos no Brasil, em língua portuguesa, dos anos de 2014 a 2023 e de acesso aberto. Outros parâmetros podem ser selecionados a depender da especificidade da busca. No entanto, justificamos essas escolhas com base no argumento de que queremos entender a produção nacional acerca do direito à alimentação, mediantes seus conceitos, temas, e relações, tendo o estabelecimento de um marco temporal um ano após a inclusão definitiva, no texto da Constituição de 1988, do direito à alimentação como direito social, contemplando aproximadamente dez anos da produção acadêmica. Eventualmente temas similares ou circundantes, como a segurança alimentar e nutricional, podem aparecer no corpo dos documentos.

Nessa busca inicial, os resultados podem ser extraídos em formato “.CSV” (para editores de planilhas), “.RIS” (para gerenciadores de referências) ou “.TXT” (para editores de texto). Essa primeira base de dados foi explorada inicialmente no Excel buscando excluir artigos que não tivessem relação com o tema que por acaso tivessem escapado aos critérios de busca.

Após, utilizou-se o R[[3]](#footnote-3) para manipular a base de dados e fazer as análises bibliométricas. Nessa etapa, usamos pacotes para manipulação da base de dados, visualização, procura de termos e geração de nuvem de palavras[[4]](#footnote-4).

Por fim, utilizou-se o *Vosviewer* para gerar a rede de acoplamento dessas citações, a rede de autores e os relacionamentos entre esses documentos. Um resumo do processo está na figura abaixo.

(espaço figura 3)

A pesquisa, do qual se origina este artigo, será dividida em duas partes. Aqui serão apresentadas as conclusões da análise bibliométrica. Um possível artigo subsequente analisará de forma qualitativa alguns dos artigos selecionados da base de dados temática.

O artigo está dividido em cinco partes. Na primeira parte contextualizamos o tema, de modo a apresentar um referencial histórico. Na segunda, indicamos o método de pesquisa. Na terceira parte apresentamos os resultados da extração e tratamento dos dados bibliométricos e a rede de acoplamento de artigos feita. Já na quarta parte discutimos os achados e algumas de suas possíveis implicações. Por fim, na conclusão, apresentamos algumas considerações acerca da possibilidade de novas investigações.

3 RESULTADOS

3.1 Bibliometria: análise no R

Os resultados da análise bibliométrica são apresentados em duas etapas complementares. Primeiramente, apresentamos os resultados descritivos obtidos através da análise no R, incluindo métricas básicas de produção acadêmica, padrões de citação e características das publicações. Em seguida, apresentamos os resultados da análise relacional realizada no VosViewer, que explora as conexões entre autores, instituições e temas. Esta organização permite uma compreensão progressiva do campo, partindo de indicadores quantitativos para chegar a insights sobre a estrutura da rede de pesquisa em direito à alimentação.

Para facilitar a interpretação dos dados, organizamos os resultados em três dimensões principais:

1. Evolução temporal da produção acadêmica (2014-2023);
2. Características estruturais das publicações (autoria, tipos de acesso, campos do conhecimento);
3. Padrões de relacionamento (coautoria, citações, acoplamento bibliográfico).

Após o *download* da base de dados em formato “.CSV”, efetuamos uma filtragem dos documentos, através do R, mapeando a menção aos termos "direito à alimentação", "direito humano à alimentação", "direito social à alimentação", "segurança alimentar", "segurança nutricional", "segurança alimentar e nutricional", "alimentação adequada", "soberania alimentar". Desse procedimento, restaram 292 documentos.

Após isso, usando os termos mais citados no “abstract” dos documentos, usamos o R para construir nuvens de palavras, determinar o grau de correlação dos termos e identificar se há de fato similitude entre as bases criadas.

A análise bibliométrica envolveu três bases de dados derivadas do OpenAlex:

* B (Base Inicial): Todos os documentos extraídos na busca inicial.
* B1 (Base Temática): Documentos filtrados por relevância temática.

Os índices de correlação entre essas bases revelam informações importantes sobre a variabilidade e a coerência terminológica:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Bases\*** | **Índice de correlação** | **Interpretação** |
| B, B1 | 0.7132164 | Correlação positiva e alta |
| \*Foram extraídos os termos mais comuns do "abstract" dos documentos e gerado uma base para cada processo de limpeza (base original e pertinência temática) com as palavras e sua frequência, excluídos termos irrelevantes. Elaborado pelos autores.  Tabela 1: Correlação entre as bases construídas para análise bibliométrica. Fonte: Elaborado pelos autores. | | |

(espaço figura 4)

(espaço figura 5)

A correlação alta entre B e B1 sugere que a filtragem por pertinência temática manteve boa parte dos elementos da busca original. Isso pode sugerir que a influência acadêmica não teve perdas significativas no processo de limpeza.

Para fins da análise bibliométrica inicial usamos a base temática (B1). Abaixo começaremos através de gráficos a caracterizar a base usada para a análise bibliométrica.

Os dois primeiros gráficos representam a mesma análise, mas com intuitos diferentes. O primeiro gráfico mostra o quantitativo de documentos produzidos em cada ano mostrando como as quantidades são diferentes em anos diferentes. O segundo traça uma linha de evolução dessa quantidade de artigos. Percebemos que houve uma evolução no período estudado com uma tendência de crescimento durante esse período. O ano com maior destaque é 2023 que está incluso em um período (2020-2023) de maior produção do que os anos anteriores.

(espaço figura 6)

(espaço figura 7)

Os gráficos seguintes apresentam uma análise do total de citações tanto do conjunto de documentos, quanto dos documentos unitariamente considerados. O primeiro gráfico de barras mostra a quantidade total de citações para cada ano. Já o gráfico de pontos mostra cada ponto como um artigo e o total de citações para cada um. A distribuição das citações ao longo dos anos revela picos significativos em 2018 e 2020, com uma leve queda em 2019. Essa variação pode estar relacionada a eventos políticos e sociais que impactaram a segurança alimentar, como a Medida Provisória n. 870/2019, que afetou diretamente políticas públicas no setor.

A concentração da maioria dos artigos com menos de 25 citações sugere que o impacto acadêmico da área ainda está em consolidação. Isso pode ser um reflexo de:

* Baixa visibilidade em periódicos de alto impacto.
* Dispersão das pesquisas em diferentes bases de dados, dificultando conexões entre estudos.
* Recente crescimento da produção, com artigos novos que ainda não acumularam citações.

Cabe destacar que o ano de 2019 marca o ano de desmonte das políticas públicas de combate de SAN com a Medida Provisória (MP) n. 870/2019, conforme a linha do tempo traçada acima. Essa queda pode estar associada, ainda, a uma redução na produção acadêmica ou a uma mudança de foco temático. A intuição aponta que documentos mais antigos teriam mais citações, devido ao acúmulo ao longo do tempo, contudo a concentração das citações se dá entre 0 a 25 citações. Artigo mais novos (2022 e 2023) podem ainda não ter impactos consolidados.

(espaço figura 8)

(espaço figura 9)

Os próximos gráficos abordam a autoria dos artigos. O total de autores, em conjunto, tem crescido ao longo do período estudado. Chegando a mais de 15 autores em 2023. Visualmente a concentração do número de autores por artigo parece estar entre 1 a 5 autores(as) conforme o segundo gráfico. A maioria dos artigos tem entre 1 e 5 autores, o que mostra grupos relativamente pequenos na construção da temática. Tendo em vista o aumento de coautorias ao longo do tempo, isso indica esforços colaborativos nessa construção.

(espaço figura 10)

(espaço figura 11)

A maioria dos artigos analisados está disponível em acesso aberto, principalmente nos modelos Diamond e Gold, o que facilita a disseminação do conhecimento. No entanto, a presença de artigos nos modelos Green, Hybrid e Bronze indica que parte da produção ainda possui restrições de acesso, limitando sua circulação e potencial de impacto. Abaixo temos um resumo do que significam cada um desse tipos:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Tipo de Acesso** | **Quem Paga?** | **Licença Aberta?** | **Permanência do Acesso** |
| Open Access (OA) Gold | Autor, instituição ou financiador | Sim (geralmente CC-BY) | Permanente |
| Open Access (OA) Diamond | Instituições, consórcios ou governos | Sim (geralmente CC-BY) | Permanente |
| Open Access (OA) Green | Autor (ao arquivar em repositórios) | Parcial (versão pré-print ou pós-print) | Permanente, mas pode depender da política da editora |
| Hybrid Open Access | Autor paga para liberar o artigo | Sim (apenas para artigos individuais) | Permanente |
| Subscription-Based (Fechado) | Biblioteca, instituição ou indivíduo | Não | Acesso condicionado à assinatura |
| Bronze Open Access | Editora (sem custo para leitor ou autor) | Não (acesso gratuito, mas sem licença aberta) | Temporário (pode ser fechado depois) |

Tabela 2: Características dos artigos por tipo de acesso. Fonte: Elaborado pelos autores.

(espaço figura 12)

São provenientes de quatro campos de conhecimento: ciências da saúde, ciências da vida, ciências físicas e ciências sociais. Com múltiplas áreas de conhecimento contribuindo para o tema pode indicar que o direito à alimentação é um tema interdisciplinar, abrangendo aspectos jurídicos, sociais e de saúde. A predominância de artigos em Ciências Sociais e Ciências da Saúde sugere que a produção acadêmica tende a focar mais nos impactos sociais e nutricionais do direito à alimentação. A baixa presença de artigos em Ciências Físicas pode indicar que o tema ainda não é amplamente explorado em áreas como engenharia de alimentos ou ciências ambientais.

(espaço figura 13)

Por fim, a grande maioria dos documentos são artigos científicos e/ou acadêmicos, o que mostra que a produção se concentra em documentos advindos de um processo mais demorado de reflexão e ponderação, além de maior confiabilidade nos achados.

(espaço figura 14)

Para estabelecer melhor a relação entre a produção construímos outros três gráficos. No primeiro temos a relação entre o número de outros documentos citados e o total de citações, onde não se percebe uma influência clara entre esses dois fatores, o que sugere que a popularidade de um artigo não depende diretamente da quantidade de fontes/documentos que ele cita. Outros fatores, como originalidade ou impacto social, podem estar associados à relevância do documento.

O segundo estabelece a relação entre o score de relevância, uma métrica própria do *OpenAlex[[5]](#footnote-5)* que mede a semelhança do texto do documento com o termo de pesquisa usado para a busca, tendo um termo de ponderação para a medida de citações, e o Field Weighted Citation Impact (FWCI), comumente conhecido como fator de impacto, e novamente não há um padrão claro para esses documentos, ou seja, não é possível, visualmente, estabelecer uma influência clara entre o tema e a pertinência com o impacto que o documento possui. Porém, quando observamos o índice de correlação, nessas comparações (0.37 e 0.61), o primeiro positivo mais baixo (<0.5) mostra que a influência entre essas variáveis nessa base de dados é pequena, porém quando olhamos a segunda comparação como positiva e moderada(>=0.5) a relação entre relevância do *OpenAlex* e FWCI sugere que artigos mais alinhados com os termos de busca tendem a ter maior impacto acadêmico, mas podemos aventar que outros fatores também influenciam esse impacto.

O Field Weighted Citation Impact (FWCI) é um indicador que compara o número de citações de um artigo com a média global de citações na mesma área. A análise mostrou que:

* Há uma correlação moderada (0.61) entre FWCI e relevância dos documentos na OpenAlex.
* A relação entre número de citações e FWCI é forte, mas não linear, sugerindo que outros fatores, como interdisciplinaridade e visibilidade do periódico, também influenciam o impacto.

Isso significa que, embora artigos mais citados tendem a ter um maior FWCI, o impacto real de um artigo pode depender de quão bem alinhado ele está com os temas de pesquisa dominantes e sua inserção em debates interdisciplinares. A dispersão das citações ao longo do período estudado sugere que o impacto dos artigos pode estar mais relacionado a eventos externos do que apenas à qualidade científica dos estudos.

(espaço figura 15)

(espaço figura 16)

(espaço figura 17)

3.2 Bibliometria: análise no VosViewer

Há uma gama de softwares disponíveis para análise textual e bibliográfica. O VosViewer é um software gratuito, desenvolvido para análise bibliométrica. Pode ser alimentado via API *(OpenAlex, Crossref, Europe PMC* entre outros), dados de DOI, com arquivos extraídos em buscas nas bases como Web of Science, Scopus, Dimensions, Lens e Pubmed, ou ainda com dados de gerenciadores de referências como Mendeley e Zotero. As análises podem ser feitas em três modalidades: network, dados bibliográficos e dados de texto. Na presente análise optou-se pela análise de dados bibliográficos e de texto.

Após alimentar o software com os dados, na análise de dados bibliográficos podemos escolher o tipo de análise (co-autoria, co-ocorrência, citação e acoplamento bibliográfico) e a unidade de análise para cada um desses tipos. O passo seguinte consiste em escolher os limites(*threshold*) da análise, a depender do tipo e unidade escolhida. Por fim, a depender se os limites estabelecidos foram seguidos ou não, temos a opção de plotar um mapa de rede todo o conjunto de dados ou com os limites. Nesse mapa, obtemos *clusters*, ou seja unidades de similaridade, entre a unidade de análise escolhida. A depender dos dados e do tipo de análise pode haver maior ou menor ligação e maior similitude ou não. Os mapas possuem outras opções gráficas para melhoria da visualização e exposição dos resultados.

Na nossa análise, o primeiro resultado consiste na rede de coautoria, que consiste no número de coautores dentro do artigo. Aqui, a priori, estabelecemos limites mínimos, de 1 documento de 1 autor e uma citação de um autor, obtivemos 141 resultados que respondem aos limites, para maximizar os *clusters* obtidos. Percebemos que os documentos mais citados adensam a rede mas que não há uma ligação mais ampla entre os documentos com base no critério de coautoria, ou seja, as contribuições são concentradas e não são espalhadas pela rede. Isso sugere que o campo pode estar fragmentado, com poucos grupos de pesquisa/pesquisadores interconectados.

(espaço figura 18)

A próxima análise consiste em uma análise de co-autoria mas a partir da unidade de análise das instituições. Desse ponto de vista, há maior concentração de documentos em torno da Universidade de São Paulo e da Fiocruz(não destacada na visualização), o que destaca essas duas instituições como centros de produção e das redes de co-autoria, assim como destaca sua liderança no tema.

(espaço figura 19)

Em termos de citação, ou seja, do números de vezes em que os(as) autores(as) citam uns aos outros, mostram que um *cluster* pequeno cita seus pares. Isso pode implicar em baixa coesão entre a temática.

(espaço figura 20)

A próxima análise consiste no acoplamento bibliográfico que significa o número de referências que são compartilhadas entre os documentos. E novamente um *cluster* pequeno compartilha das mesmas referências, o que pode significar, novamente, baixa coesão dentro desse corpo de documentos. A baixa interconexão na rede de citações e acoplamento bibliográfico tendem a sugerir que a pesquisa sobre o direito à alimentação ainda não consolidou um corpo teórico unificado.

(espaço figura 21)

Analisamos, ainda, a rede de co-ocorrência, que usa apenas conceito como unidade de análise, e se baseia no número de vezes que estes ocorrem juntos nos documentos, com base em campos de conhecimento. Nessa análise, foi identificado apenas um *cluster* e observamos que o tema é tratado por vários campos ou blocos de conhecimento, com ampla conexão, o que corrobora com a sugestão de interdisciplinaridade do campo, além de uma diversidade de perspectivas e abordagens. Destaque para a menção ao coronavírus e a COVID-19 que levaram à discussão sobre a garantia do direito à alimentação a populações vulneráveis.

(espaço figura 22)

Finalizamos esta parte da análise com a rede dos termos mais citados. Os termos aparecem com muitas conexões e em um único cluster. Isso sugere que é em torno desses termos/temas que a construção da temática mais ampla está sendo erguida e os conceitos elementares da mesma.

(espaço figura 23)

4 DISCUSSÃO

A análise bibliométrica da produção acadêmica sobre o direito à alimentação no Brasil (2014-2023) revela um campo em expansão, mas ainda não consolidado. Discutimos três eixos: evolução e características da pesquisa, implicações para políticas públicas e limitações metodológicas.

A produção cresceu significativamente após 2020, impulsionada pela pandemia de COVID-19, que expôs vulnerabilidades alimentares, e pelo desmonte de políticas públicas desde 2019, motivando estudos sobre seus impactos (Rocha; Burity, 2021). Apesar disso, a baixa coesão nas redes de coautoria e citação indica fragmentação, vista como diversidade interdisciplinar benéfica ou obstáculo à consolidação teórica e à visibilidade dos autores.

A concentração em instituições como USP e Fiocruz reflete excelência, mas sugere desigualdades regionais, limitando a compreensão de contextos locais. Publicações, majoritariamente em acesso aberto (Diamond e Gold), têm menos de 25 citações, apontando impacto emergente. A correlação moderada (0.61) entre FWCI e relevância temática mostra que artigos centrais ao tema ganham influência, embora idioma e visibilidade de periódicos também pesem.

Para políticas públicas, a fragmentação dificulta a aplicação prática do conhecimento, demandando integração via observatórios temáticos, fóruns de diálogo e redes interinstitucionais. Sugerimos fortalecer evidências com repositórios, indicadores padronizados e apoio a grupos emergentes, promovendo colaboração entre instituições centrais e periféricas.

O campo enfrenta desafios como fragmentação teórica, centralização, barreiras de acesso à literatura e baixa internacionalização. Porém, o interesse crescente pós-pandemia, a interdisciplinaridade, o acesso aberto e a demanda social por evidências robustas abrem oportunidades, especialmente para o diálogo academia-gestão pública.

Limitações incluem o uso exclusivo da base OpenAlex, que pode omitir literatura relevante, o recorte temporal (2014-2023), que subestima impactos recentes e exclui eventos anteriores, e vieses de filtragem nas ferramentas bibliométricas. Não abordamos produção informal, impactos sociais ou fatores contextuais, mas essas lacunas não invalidam os achados, sugerindo estudos complementares.

CONCLUSÃO

Este estudo mapeia a produção acadêmica sobre o direito à alimentação, utilizando ferramentas acessíveis e replicáveis de análise bibliométrica. A abordagem adotada permite compreender a evolução do campo e fornecer subsídios para estudos futuros. Embora nenhum processo de análise seja infalível, os achados deste trabalho são fundamentais para avaliar o desenvolvimento do tema, suas interconexões teóricas e a estruturação do conhecimento na área.

Do ponto de vista teórico, o artigo contribui para o entendimento da expansão do campo de conhecimento. Metodologicamente, reforça a importância do uso de métodos mistos e da análise bibliométrica, ainda pouco utilizada em estudos dessa temática.

A baixa coesão entre as pesquisas evidencia a necessidade de incentivar maior colaboração entre pesquisadores e instituições. Políticas de incentivo à pesquisa interdisciplinar, eventos acadêmicos e redes temáticas podem contribuir para fortalecer o campo e consolidar um arcabouço teórico mais robusto sobre o direito à alimentação no Brasil.

Para pesquisas futuras, sugerimos quatro direções principais: (1) ampliar a análise para incluir outras bases de dados, especialmente Scielo, Scopus e Web of Science, permitindo uma visão mais completa da produção acadêmica; (2) realizar uma análise qualitativa aprofundada dos artigos mais citados, identificando as principais contribuições teóricas e metodológicas para o campo; (3) investigar as razões para a baixa colaboração entre pesquisadores e instituições, possivelmente através de entrevistas com autores-chave; e (4) desenvolver estudos comparativos com a produção acadêmica internacional sobre o tema, identificando convergências e particularidades do caso brasileiro. Além disso, seria valioso explorar como a produção acadêmica tem influenciado a formulação de políticas públicas de segurança alimentar no Brasil, estabelecendo conexões mais diretas entre a pesquisa e a prática.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odaleia Barbosa de; PADRÃO, Susana Moreira. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais. Serviço Social & Sociedade, p. 121-139, 2022.

AYALA, A.; MEIER, B. M. A human rights approach to the health implications of food and nutrition insecurity. Public Health Review, v. 38, p. 10, 2017. DOI: 10.1186/s40985-017-0056-5.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2010/emendaconstitucional-64-4-fevereiro-2010-601824-publicacaooriginal-123345-pl.html. Acesso em: 12 fev. 2025.

BULLOCK, R. Environmental sustainability and food security. New York: Springer, 2017.

CASTRO, Celso; DURÃO, Susana. História da alimentação no Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1983.

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. A exigibilidade do direito humano à alimentação adequada: ampliando a Democracia no SISAN. Brasília, DF: MDSA, CAISAN, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan\_Nacional/exigibilidade\_direito\_humano\_alimentacao\_adequada.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

DREZE, Jean. Democracy & the right to food. Economic & Political Weekly, 2004. Disponível em: https://casi.sas.upenn.edu/sites/default/files/iit/Democracy%20%26%20the%20Right%20to%20Food%2C%20Jean%20Dreze%20-%20EPW.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

FAO. Right to food around the globe: countries. Disponível em: https://www.fao.org/right-to-food-around-the-globe/countries/en/. Acesso em: 12 fev. 2025.

FIAN BRASIL. Comentário Geral nº 12: O direito humano à alimentação adequada. 2016. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Comentario-Geral-No-12.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

FONTOLAN, Maria Vitória; DE SOUZA LIMA, Romilda; BOTTI CAPELLARI, Marta. A construção do Direito Humano à Alimentação Adequada. Opinión Jurídica, v. 20, n. SPE43, p. 549-570, 2021.

IDLO – International Development Law Organization. Realizing the right to food: legal strategies and approaches. 2014. Disponível em: https://www.idlo.int/sites/default/files/pdfs/publications/Realizing%20the%20Right%20to%20Food\_Legal%20Strategies%20and%20Approaches\_full-report\_0.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

MCCONVILLE, J. The economics of hunger. London: Routledge, 2021.

MURÇA, Gustavo. Segurança alimentar e direito à alimentação: aproximações conceituais. 2024.

OAS – Organização dos Estados Americanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

OAS – Organização dos Estados Americanos. Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

PADRÃO, Susana; GUERREIRO, Lídice Barros; DE AGUIAR, Odaleia Barbosa. O direito humano à alimentação adequada: um direito concreto e universal possível? 2019.

PACTO CONTRA A FOME. Entenda o que é a segurança alimentar e qual sua importância. Disponível em: https://pactocontrafome.org/entenda-o-que-e-a-seguranca-alimentar-e-qual-sua-importancia/. Acesso em: 12 fev. 2025.

ROCHA, C.; BURITY, V. Segurança alimentar e nutricional: história e desafios no Brasil. Brasília: Editora Fiocruz, 2021.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Texto para Discussão, 2014.

WFP – World Food Programme. Global food security update. 2024.

1. Para uma pesquisa dos ordenamentos verificar FAO (2025). [↑](#footnote-ref-1)
2. Para uma outra linha do tempo abrangente, consultar Rocha e Burity (2021). [↑](#footnote-ref-2)
3. A versão usada foi o R 4.4.0. [↑](#footnote-ref-3)
4. Os seguintes pacotes foram usados: data.table, dplyr, ggplot2, tidyr, tidyverse, ggwordcloud e tm. [↑](#footnote-ref-4)
5. Para consulta da documentação acerca das pesquisas na plataforma: https://docs.openalex.org/how-to-use-the-api/get-lists-of-entities/search-entities [↑](#footnote-ref-5)